

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

A presente Convenção Coletiva de Trabalho é celebrada com amparo no inciso XXVI do art. 7º da Constituição Federal e de conformidade com as normas regradoras do instituto insertas no art. 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, pelo que são revistas as condições econômicas e sociais estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho anterior, mediante a adoção das seguintes cláusulas:

I - CONVENENTES:

01. **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE JOALHERIA E LAPIDAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, representante da categoria dos **Trabalhadores nas Indústrias de Joalheria e Lapidação de Pedras Preciosas e Semi Preciosas, Bijouterias de Ouro e Prata e Relojoarias**, Entidade Sindical legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº 46000.001012/96-50, inscrita no CNPJ sob nº 88.662.374/0001-13, com sua sede central na Rua Manoel Francisco Guerreiro, 1298 na cidade de Guaporé, e com sub sede na rua Pinheiro Machado, 1640 na cidade de Caxias do Sul, ambas no Estado do Rio Grande do Sul, no ato representado por seu Presidente, Senhor Adilson Francisco da Costa – CPF: 175.439.750-68, devidamente autorizado por Assembléia Geral Extraordinária convocada para o efeito, e assistido por Advogado do Sindicato, “ut” anexo instrumento de procuração, ambos no fim assinados.

O convenente aqui qualificado passará a ser designado simplesmente como **"Sindicato Profissional"** e representarão os adiante denominados **"empregados"**.

02. **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE JOALHERIA E LAPIDAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS DE CAXIAS DO SUL**, Entidade Sindical também legalmente constituída e registrada no Ministério do Trabalho e Previdência Social sob nº 24400.000106, e inscrita no CNPJ sob nº 91.105.783/0001-23, com sede à Rua Ítalo Víctor Bersani, 1134, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, aqui representada por seu Presidente, Senhor Heitor Girelli – CPF: 038.216.760-04, devidamente autorizado por Assembléia Geral Extraordinária convocada para o efeito, e assistido por Sociedade de Advogados, qualificada no anexo instrumento de procuração, todos com assinatura no final.

Este convenente, a seguir, será denominado unicamente **"Sindicato Econômico"** e representará as adiante denominadas **"empresas"**.

II - BASE TERRITORIAL

A Convenção ora estabelecida abrangerá a base territorial do Sindicato Profissional, que compreende os municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Coronel Pilar, Cotiporã, Dois Lajeados, Garibaldi, Guaporé, Monte Belo do Sul, Santa Tereza, São Valentim do Sul, União da Serra e Vale Real, todos no Estado do Rio Grande do Sul.

III - CATEGORIAS SINDICAIS ABRANGIDAS

Serão aquelas representadas pelos Sindicatos Convenentes na base territorial acima definida.

IV - AUTORIZAÇÃO

Os Sindicatos Convenentes, profissional e econômico foram autorizados expressamente a formalizar a presente convenção em seus termos.

V - VIGÊNCIA E DATA BASE

A eficácia das condições estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, por definição e condição também do clausulado, será de 12 (doze) meses, a contar de sua data base fixada em 01 de julho de 2006 a 30 de junho de 2007.

VI - CONDIÇÕES

01. VARIAÇÃO SALARIAL

As empresas concederão, na folha de pagamento do mês de julho de 2006, para todos os seus empregados admitidos até 01 de novembro de 2005 e com remuneração de até R\$ 1.240,00 (hum mil duzentos e quarenta reais) em outubro de 2005, uma variação salarial para efeito da revisão de convenção coletiva, correspondente ao percentual de 3,25% (três vírgula vinte e cinco por cento), a incidir sobre os salários resultantes do procedimento coletivo anterior, o que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

01.01. Aos empregados admitidos até 01 de novembro de 2005 e cuja remuneração em outubro de 2005 era superior a R\$ 1.240,01 (hum mil duzentos e quarenta reais e um centavo) e inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), será concedida uma variação salarial para efeito da revisão de convenção coletiva, correspondente ao percentual de 2,50% (dois vírgula cinquenta por cento), a incidir sobre os salários resultantes do procedimento coletivo anterior, e que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

01.02. Para os empregados que percebiam em outubro de 2005 remuneração superior a R\$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) será concedida uma variação salarial para efeito da revisão de convenção coletiva, correspondente ao percentual de 2,00% (dois por cento), a incidir sobre os salários resultantes do procedimento coletivo anterior, e que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

01.03. Os empregados admitidos entre 01 de novembro de 2005 e 30 de junho de 2006 e cuja remuneração estava situada nas faixas integrantes da tabela de proporcionalidade abaixo, terão seus salários alterados pelo único critério da tabela de escalonamento abaixo, entendido para o efeito, exclusivamente, como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de efetividade, contados da data de admissão até a data da presente revisão (01 de julho de 2006), percentuais incidentes sobre o salário de admissão.

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

Admissão	Para salários de até R\$ 1.240,00	Para salários entre R\$ 1.240,01 e R\$ 2.000,00	Para salários acima de R\$ 2.000,00
Novembro/2005	3,25%	2,50%	2,00%
Dezembro/2005	2,84%	2,18%	1,75%
Janeiro/2006	2,43%	1,87%	1,50%
Fevereiro/2006	2,02%	1,56%	1,25%
Março/2006	1,61%	1,24%	1,00%
Abril/2006	1,21%	0,93%	0,75%
Mai/2006	0,80%	0,62%	0,50%
Junho/2006	0,40%	0,31%	0,25%

01.04. Em hipótese alguma resultante da variação proporcional supra poderá o salário do empregado mais novo no emprego ultrapassar o salário do empregado mais antigo na empresa, exercente de mesmo cargo ou função. Da mesma forma não poderá empregado que na data de sua admissão percebia salário igual ou inferior ao de outros, passar a perceber, por força do ora estabelecido salário superior ao daquele.

01.05. O salário dos empregados vinculados as empresas pertencentes ao sindicato econômico são legalmente considerados atualizados e compostos pela presente transação até a data base da categoria situada em 01 de julho de 2006.

01.06. Os reajustes previstos na presente convenção não se estendem as remunerações variáveis percebidas com base em comissões percentuais, aplicando-se tão somente à parte fixa do salário misto pelo empregado assim remunerado.

02. QUITAÇÃO DO PERÍODO REVISANDO

Com a concessão das variações mencionadas fica integralmente cumprida pelas empresas integrantes da categoria econômica toda a legislação aplicável de 01 de novembro de 2005 a 30 de junho de 2006, incluindo todos os diplomas legais pertinentes a política salarial do aludido período aplicáveis até o mês de julho de 2006, ficando estipulado que o salário resultante da aplicação dos percentuais acima previstos (01 e subitens) formarão base para eventual procedimento coletivo futuro revisional.

03. COMPENSAÇÃO VARIAÇÕES PERÍODO REVISANDO

As variações até então previstas serão praticados nos prazos especificados na cláusula 01 supra e quaisquer aumentos, com exceção dos concedidos na cláusula 01 e subitens da Convenção Coletiva anterior (data base 2004/2005), concedidos entre 1º de novembro de 2005 e 30 de junho de 2006, poderão ser utilizados para compensação com os mesmos, de vez que os percentuais de aumento ora concedidos incorporam todos os aumentos salariais espontâneos, coercitivos, acordados ou abonados de 01 de novembro de 2005 a 30 de junho de 2006, inclusive, zerando quaisquer índices inflacionários até 01 de julho de 2006.

04. COMPENSAÇÃO VARIAÇÕES FUTURAS

Os aumentos espontâneos ou coercitivos, com exceção dos concedidos na cláusula 01 (zero um) supra, praticados a partir de 1º de julho de 2006 e na vigência da presente convenção poderão ser utilizados como antecipações e para compensação em procedimento coletivo, inclusive futuro, de natureza legal ou não, de feição revisional ou ainda decorrentes de política salarial.

05. SALÁRIO NORMATIVO MÍNIMO

- SALÁRIO DE EXPERIÊNCIA

Fica assegurado, enquanto contrato de experiência que para o efeito fica limitado a 90 (noventa) dias, um salário de ingresso para prova de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) mensais, salário este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

- SALÁRIO NORMATIVO

05.01. Para os empregados com efetividade nas empresas superior a 90 (noventa) dias, será assegurado um salário normativo mínimo de R\$ 470,00 (quatrocentos e setenta reais) mensais, salário este que formará base para eventual procedimento coletivo futuro.

05.02. Os salários normativos e o de ingresso não serão considerados salários profissionais ou substitutivos do salário mínimo legal.

06. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO – QUINQUÊNIO

As empresas, durante a vigência da presente convenção, concederão a seus empregados, caso a caso, para cada quinquênio de trabalho prestado ao mesmo empregador, computados, para tal fim, os períodos descontínuos cujos intervalos não tenham sido superiores a quatro (4) meses, como remuneração especial, um adicional por tempo de serviço no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) mensais, para os primeiros 03 (três) quinquênios.

06.01. Para os empregados que tenham direito a mais de 03 (três) quinquênios nos termos da cláusula acima, o valor dos quinquênios excedentes aos primeiros 03 (três) será de R\$ 19,00 (dezenove reais) mensais.

07. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO - ADIANTAMENTO

As empresas se comprometem, quando da concessão de férias ao empregado, a procederem um adiantamento do 13º salário desde que solicitado por escrito pelo empregado.

07.01. A solicitação do pedido de adiantamento do 13º salário deverá coincidir com a data do aviso de concessão de férias dado pela empresa.

07.02. O adiantamento do 13º salário será proporcional e correspondente ao número de meses trabalhados até a data da concessão de férias.

07.03. O pagamento do adiantamento do 13º salário deverá ser efetuado juntamente com o pagamento das férias, mediante recibo próprio e específico.

08. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO - AUXÍLIO DOENÇA

Os empregados em gozo de auxílio doença, com afastamento do serviço por mais de quinze (15) dias e até cento e oitenta e cinco (185) dias, terão o direito de receber da respectiva empresa a diferença do 13º salário pago pela Previdência Social.

09. AUXÍLIO ESCOLAR

Fica instituída, inclusive e expressamente para a previsão do disposto na alínea “t”, do inciso “5”, do § 9º, do art. 28, da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997 e legislação em vigor, e dentro do permissivo do art. 7º, da Constituição Federal, o seguinte plano educacional para os empregados ou dependentes matriculados em estabelecimentos de ensino oficial, exclusivamente para o 1º grau (1ª a 8ª séries):

DO PLANO

a) os empregados deverão comprovar, perante as empresas a sua matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou devidamente reconhecido, ou de seus dependentes legais, como tal aqueles que estão cadastrados para fins da Previdência Social, no ano ou semestre anterior à data de concessão do benefício educacional aqui previsto;

b) comprovarão, ainda, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no ano ou semestre anterior à data de concessão do benefício educacional aqui previsto;

DAS CONDIÇÕES

09.01. Mediante o atendimento integral dos critérios previstos nas alíneas “a” e “b”, do PLANO acima previsto, as empresas pagarão a seus empregados estudantes ou a 01 (um) dependente estudante, uma ajuda educacional, vedada qualquer possibilidade de integração salarial do mesmo para qualquer fim ou título, no valor anual único de R\$ 103,00 (cento e três reais) até o dia 01 de março de 2007.

10. ESTUDANTE - ABONO DE FALTAS

As empresas concederão ao empregado estudante, licença para afastamento do trabalho, sem prejuízo de salários, em dia(s) de realização de prova(s) escolar(es), desde que regularmente matriculado em Escola Oficial ou reconhecida, e desde que o horário da(s) prova(s) coincida com seu horário de serviço, mediante comunicação à empresa, por escrito, com quarenta e oito (48) horas de antecedência e comprovação posterior no mesmo prazo.

11. CASAMENTO – LICENÇA REMUNERADA

Os empregados em caso de casamento, terão cinco (05) dias corridos de licença remunerada, mediante solicitação por escrito à empresa com antecedência mínima de dez (10) dias e posterior comprovação através da Certidão de Casamento.

12. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

As empresas reconhecerão validade a atestados médicos e odontológicos para justificar faltas ao serviço dos empregados, desde que expedidos por profissionais contratados pelo Sindicato Profissional, credenciados pelo INSS e dentro dos convênios firmados pelo mesmo sindicato com o referido órgão (INSS).

12.01. Além das condições acima enumeradas, os atestados, para sua perfeita validade, inclusive junto à Justiça do Trabalho, deverão conter a especificação da doença ou número do CID.

13. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E UNIFORMES - FORNECIMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, os equipamentos de proteção e segurança obrigatórios, nos termos da legislação específica sobre higiene e segurança do trabalho, bem como fornecerão, gratuitamente, os uniformes e seus acessórios quando exigirem seu uso obrigatório em serviço.

13.01. Os empregados obrigam-se ao uso, manutenção e limpeza adequados dos equipamentos e uniformes que receberem e a indenizar as empresas por extravio ou dano, devolvendo os últimos por ocasião da rescisão contratual.

14. RESCISÕES - HOMOLOGAÇÃO

Aos empregados que contarem com seis (06) ou mais meses de serviço efetivo, terá plena aplicabilidade o disposto nos parágrafos 1º e 2º, do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.

14.01. Não existindo na localidade nenhum dos órgãos previstos no parágrafo 1º do citado art. 477 da CLT, prevalecerá a assistência de que trata o parágrafo 3º do mesmo artigo consolidado.

15. HOMOLOGAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO

Desde que exigido pelo Sindicato Profissional, quando da rescisão de contratos de trabalho de empregados com tempo de serviço efetivo superior a seis (06) meses, por ocasião da homologação, as empresas se obrigam a comprovar o pagamento das contribuições sindical e assistencial em favor dos Sindicatos Convenientes (Profissional e Econômico), os recolhimentos ao FGTS e demais contribuições legais.

15.01. Deverá ser remetido mensalmente ao Sindicato Econômico a(s) cópia(s) do(s) termo(s) de rescisão contratual das rescisões efetuadas no Sindicato Profissional.

16. SALÁRIOS - HORÁRIO DE PAGAMENTO

As empresas se obrigam a promover o pagamento dos salários dentro do horário normal de expediente. Em caso de ser efetuado após a jornada de trabalho, o tempo despendido será considerado como sobre-jornada, com o acréscimo de cinquenta por cento (50%).

17. SALÁRIOS E VERBAS RESCISÓRIAS - PAGAMENTO EM CHEQUE

As empresas, quando o pagamento dos salários e verbas rescisórias for efetuado em cheque, deverão fazê-lo em horário normal de expediente bancário.

18. AVISO PRÉVIO - DISPENSA DE CUMPRIMENTO

Em caso de despedida do empregado sem justa causa, as empresas dispensarão o empregado do cumprimento do aviso prévio, com a imediata anotação da data da saída na Carteira de Trabalho e Previdência Social e sem prejuízo das verbas rescisórias, porém, somente a partir do momento em que o empregado tiver obtido outro emprego, devidamente comprovado.

18.01. Em caso de dispensa parcial ou total, as empresas ficarão isentas do pagamento dos dias restantes do aviso prévio e das repercussões proporcionais incidentes sobre a parte do pré-aviso dispensado, em férias proporcionais, 13º salário proporcional, FGTS e tempo de serviço.

19. AVISO PRÉVIO DADO PELO EMPREGADO

No caso de rescisão do contrato de trabalho, por pedido de dispensa do próprio empregado, este terá que cumprir o aviso prévio dado à empregadora, pelo prazo mínimo de quinze (15) dias, sob pena de arcar com as cominações previstas no parágrafo 2º do art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho.

19.01. Na hipótese acima, a data da saída na CTPS será a do último dia de trabalho do empregado, bem como, todas as repercussões legais em férias, 13º salário e FGTS.

20. FÉRIAS PROPORCIONAIS

Apenas para efeitos da presente convenção e durante sua vigência, as empresas pagarão aos empregados, que na época em que pedirem demissão contarem com um tempo de serviço igual ou superior a oito (08) meses, férias proporcionais, a teor dos art. 146 e 147 do Diploma Legal Consolidado.

20.01. Os pagamentos aqui estipulados por acordo não incluirão o acréscimo de um terço (1/3) previsto no inciso XVII, do art. 7º, da Constituição Federal.

21. CTPS - ANOTAÇÕES

As empresas se obrigam a anotar na CTPS do empregado, a efetiva "função" exercida.

22. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

Confirmando uso e costume já estabelecido, respeitando ainda, o número de horas de trabalho contratual e semanal, poderão as empresas ultrapassar a jornada normal até o máximo legal permitido, inclusive em atividade insalubre, visando a compensação das horas não trabalhadas em algum dia da semana, inclusive aos sábados, sem que este acréscimo seja considerado como horas extras, garantindo o repouso semanal remunerado de um dia, independentemente de feriados, restando, desde já, ratificado o horário de trabalho adotado pelas empresas.

23. DESCONTO ASSISTENCIAL PARA O SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas obrigam-se, em nome do Sindicato Profissional, a promoverem o desconto em folha de pagamento da importância de 20 (vinte) horas de salário devidamente reajustado dos empregados da categoria profissional, sendo associado ou não, para fins de assistência social e médica, a ser prestada a todos os empregados da categoria, com as seguintes parcelas e recolhimentos:

23.01. Desconto de 05 (cinco) horas de salário de cada empregado constante na folha de pagamento do mês de agosto de 2006, com recolhimento em 08 de setembro de 2006.

23.02. Desconto de 05 (cinco) horas de salário de cada empregado constante na folha de pagamento do mês de setembro de 2006, com recolhimento em 08 de outubro de 2006.

23.03. Desconto de 05 (cinco) horas de salário de cada empregado constante na folha de pagamento do mês de outubro de 2006, com recolhimento em 08 de novembro de 2006.

23.04. Desconto de 05 (cinco) horas de salário de cada empregado constante na folha de pagamento do mês de novembro de 2006, com recolhimento em 08 de dezembro de 2006.

23.05. O não recolhimento no prazo previsto importará em multa de 20% (vinte por cento) acrescida de juros e correção monetária.

23.06. Fica assegurado aos empregados o direito de se oporem ao desconto citado, desde que manifestem sua vontade individualmente por escrito, em carta entregue pessoalmente ao Sindicato Profissional, no prazo de 10 (dez) dias a partir do protocolo da presente convenção coletiva no órgão competente. O Sindicato Profissional informará às empresas os nomes dos empregados que se opuseram e ficaram isentos do pagamento de referido desconto.

24. DOAÇÃO AO SINDICATO PROFISSIONAL

As empresas destinarão aos cofres do Sindicato Profissional o valor correspondente a 05 (cinco) horas do salário dos empregados constantes da folha de pagamento do mês de setembro de 2006, devidamente reajustado, à título de doação, para o mesmo fim de Assistência Social, com recolhimento a ser procedido até o dia 15 de outubro de 2006.

24.01. O não recolhimento no prazo previsto importará em atualização monetária até a data do efetivo pagamento.

25. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PARA O SINDICATO ECONÔMICO

As empresas com mais de 03 (três) empregados recolherão aos cofres do Sindicato Econômico, até o dia 30 de novembro de 2006, uma contribuição equivalente a 03 (três) horas de cada empregado constante da folha de pagamento relativa ao mês de outubro de 2006, conforme decisão da Assembléia Geral.

25.01. Até o dia 30 de janeiro de 2007, as empresas com mais de 03 (três) empregados recolherão aos cofres do Sindicato Econômico, o valor equivalente a 03 (três) horas do salário de cada empregado constante da folha de pagamento relativa ao mês de dezembro de 2006, também, conforme decisão da Assembléia Geral.

25.02. Até o dia 30 de março de 2007, as empresas com mais de 03 (três) empregados recolherão aos cofres do Sindicato Econômico, o valor equivalente a 03 (três) horas do salário de cada empregado constante da folha de pagamento relativa ao mês de fevereiro de 2007, também, conforme decisão da Assembléia Geral.

25.03. Até o dia 30 de maio de 2007, as empresas com mais de 03 (três) empregados recolherão aos cofres do Sindicato Econômico, o valor equivalente a 03 (três) horas do salário de cada empregado constante da folha de pagamento relativa ao mês de abril de 2007, também, conforme decisão da Assembléia Geral.

25.04. As empresas que não possuem empregados, ou que possuem até 03 (três) empregados, recolherão aos cofres do Sindicato Econômico, 04 (quatro) parcelas de R\$ 30,00 (trinta reais) cada, até os dias 30 de novembro de 2006, 30 de janeiro de 2007, 30 de março de 2007 e 30 de maio de 2007, respectivamente.

25.04. O não recolhimento nos prazos acima previstos importará em multa de 2% (dois por cento) acrescida de juros e correção monetária.

26. AUXÍLIO FUNERAL

As empresas, em caso de falecimento do empregado, pagarão aos dependentes legais do mesmo, um valor correspondente a 01 (um) salário normativo da categoria profissional previsto no item 05.01 (zero cinco ponto zero um) vigente na data do óbito. Em caso de morte de dependente do empregado, o valor do auxílio funeral corresponderá a 01 (um) salário de ingresso para prova vigente na data do óbito, restringido dito auxílio a apenas um dependente que venha a falecer.

26.01. Ficam excluídas da presente cláusula as empresas que mantenham seguro de vida em valores iguais ou maiores aos daqueles aqui instituídos.

27. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - EXTINÇÃO

As empresas descontarão de todos os seus empregados constantes da folha de pagamento de março de 2007, se extinta a contribuição sindical, o equivalente a um (01) dia de salário, recolhendo aos cofres do Sindicato Profissional até o dia 10 de abril de 2007 e distribuído na proporção de 95% (noventa e cinco por cento) para o Sindicato Profissional e 5% (cinco por cento) para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, tudo por expressa deliberação da Assembléia Geral do Sindicato Profissional.

27.01. O não recolhimento no prazo previsto importará em multa de 20% (vinte por cento) acrescida de juros e correção monetária.

28. INDENIZAÇÃO NA APOSENTADORIA

Será garantida uma indenização ao empregado que solicitar desligamento para efeito de aposentadoria no valor de 01 (um) salário normativo mínimo previsto no item 05.01 (zero cinco ponto zero um) vigente à época do seu desligamento, desde que o empregado tenha tempo de serviço na empresa de, no mínimo, 10 (dez) anos ininterruptos, não integrando o valor concedido em qualquer título e para qualquer efeito.

29. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO EM FERIADÕES

Sempre que ocorrer a hipótese de um dia útil entre feriados ou dia de repouso, as empresas ficam autorizadas a promover a compensação das horas deste dia em outras datas de acordo com a conveniência do trabalho, desde que haja a concordância de no mínimo 70% (setenta por cento) dos empregados em efetiva atividade na empresa.

30. COMPENSAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO – BANCO DE HORAS

Ratificada a compensação de horário semanal prevista na cláusula 22 (vinte e dois) supra, as empresas poderão adotar a compensação extraordinária da jornada de trabalho (sistema de débito e crédito de horas de trabalho), nos termos da legislação vigente, observada a jornada diária máxima de 10 (dez) horas e assegurado o repouso semanal remunerado, ressalvadas as hipóteses do art. 61 da CLT.

30.01. A compensação realizada nestes termos não acarretará qualquer modificação no salário mensal do empregado.

30.02. As empresas que optarem pela implantação da compensação extraordinária aqui prevista deverão comunicar, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, ao Sindicato Profissional.

30.03. As empresas enviarão para o Sindicato Profissional, a cada 90 (noventa) dias, uma relação, por empregado, das horas em compensação.

30.04. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da eventual jornada extraordinária, o empregado fará jus ao pagamento das horas suplementares não compensadas, calculadas com o adicional de lei e na forma do § 3º, do art. 59, da CLT, com a redação adotada pelo art. 6º, da Lei nº 9.601/98.

30.05. No caso de rescisão do contrato de trabalho por iniciativa do empregado serão descontados do mesmo os dias não trabalhados e eventualmente pagos pela empresa.

30.06. Na hipótese de demissão por iniciativa da empresa, não haverá quaisquer descontos do empregado de eventuais horas pagas e não compensadas.

30.07. Em qualquer hipótese, a compensação somente poderá ser feita no máximo durante 02 (duas) horas diárias de segunda a sexta-feira, ou aos sábados, sempre assegurando-se um sábado livre por mês, de preferência aquele após o pagamento mensal, ressalvadas as previsões do art. 61 da CLT.

30.08. As empresas comunicarão, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas a dispensa do trabalho para efeitos de compensação, exceção feita às previsões do art. 61 da CLT.

30.09. Para a implantação da compensação extraordinária da jornada de trabalho, nos termos desta cláusula, a Empresa deverá implementar o registro de horário de seus empregados, quer de forma manual, mecânica ou eletrônica.

30.10. A hora suplementar não compensada ingressará na folha de pagamento do mês onde ocorrer o término do prazo de compensação.

30.11. A prestação de horas suplementares para efeitos da compensação extraordinária da jornada de trabalho aqui prevista somente será exigida do empregado estudante quando não atingir o seu horário de aulas.

30.12. As empresas darão atenção especial às empregadas que tenham filhos em creches e para as empregadas gestantes, além dos empregados matriculados em cursos profissionalizantes.

30.13. O cancelamento desta jornada flexível poderá ser feito a qualquer momento mediante comunicação ao Sindicato Profissional e aos empregados;

30.14. A compensação extraordinária aqui prevista poderá ser adotada em toda a empresa, em unidades fabris ou em linhas de atividades, de conformidade com a conveniência das empresas;

30.15. A compensação extraordinária da jornada de trabalho aqui prevista não implicará em prejuízos aos empregados relativos a décimo-terceiro salário, férias e repouso semanais remunerados.

30.16. Será nula a presente compensação extraordinária na hipótese de descumprimento de qualquer dos itens anteriores.

31. AUTORIZAÇÃO DE DESCONTOS

Será permitido, em folha de pagamento, os descontos previstos no art. 462 da CLT, bem como de seguro de vida em grupo, vale-farmácia, fornecimento de cesta de alimentos do Sesi ou subvencionada pela própria empresa, vale-supermercado e outros, devendo sempre haver a autorização expressa do empregado.

31.01. As autorizações e as revogações serão efetuadas em duas vias de igual teor, uma das quais será fornecida ao empregado mediante recibo, podendo ser revogada a qualquer momento pelo empregado, sempre por escrito, ainda que sem justificativa.

VII - EXIGIBILIDADE

Fica convencionado que as cláusulas constantes da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão exigíveis após a assinatura e depósito da mesma e/ ou a partir das datas aqui previstas para pagamento.

VIII - DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências decorrentes da aplicação da presente Convenção serão dirimidas, exclusivamente, pela Justiça do Trabalho.

IX - COMINAÇÕES

Na vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, as eventuais infringências e infrações terão as penalidades legais com previsão específica.

X - FORMA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho é formalizada em cinco (05) vias de igual teor e forma e uma só finalidade.

Porto Alegre,

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS
INDÚSTRIAS DE JOALHERIA E LAPIDAÇÃO DE
PEDRAS PRECIOSAS DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**
Adilson Francisco da Costa
CPF: 175.439.750-68

**SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE
JOALHERIA E LAPIDAÇÃO DE PEDRAS
PRECIOSAS DE CAXIAS DO SUL**
Heitor Girelli
CPF: 038.216.760-04

P.p. Dr. Roberto Dutra
OAB/RS nº 15.676
CPF: 198.609.940-72

Serra, Serra & Serra
OAB/RS nº 12

Advs. Paulo Serra
OAB/RS n.º 4455
OAB/SP n.º 67.307-A
OAB/CE n.º 11.510 – A
MT/RS - 46218.015269/97-70
INAMA n.º 415

Lucila Maria Serra
OAB/RS n.º 7024
MT/RS - 6218.015270/97-59

Paulo de Tarso Tedesco
OAB/RS nº 24.686

Felipe Serra
OAB/RS nº 52.273
MT/RS 46218.001060-00-13
CPF – 737.832.000-59